

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO TR-PE Nº 08-2021

1ª Turma

Presidente e 2ª Relatoria: Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima

1ª Relatoria: Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto

3ª Relatoria: Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho

Suplente: Juiz Federal Rafael Tavares da Silva

2ª Turma

Presidente de 3ª Relatoria: Juíza Federal Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça

1ª Relatoria: Juíza Federal Flávia Tavares Dantas

2ª Relatoria: Juiz Federal Marina Coffferri

Suplente: Juíza Federal Marina Coffferri

3ª Turma

Presidente e 1ª Relatoria: Juíza Federal Polyana Falcão Brito

2ª Relatoria: Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho

3ª Relatoria: Juiz Federal Claudio Kitner

Suplente: Juiz Federal Temistocles Araújo Azevêdo

1ª TURMA RECURSAL

[0502307-83.2020.4.05.8311](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RODOVIA FEDERAL. ANIMAL NA PISTA. LEGITIMIDADES PASSIVAS AD CAUSAM DO DNIT E DA UNIÃO FEDERAL. DANO MORAL. COMPROVAÇÃO. COMPENSAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO COM O SEGURO DPVAT. ENUNCIADO DA SÚMULA 246, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO INOMINADO DO DNIT PROVIDO EM PARTE. RECURSO DA UNIÃO IMPROVIDO.

[0517030-09.2021.4.05.8300](#)

ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO EMERGENCIAL. LEI 13.982/2020. INEXISTÊNCIA DE PROVA QUE A MUDANÇA DE ENDEREÇO OCORREU NO MOMENTO ANTERIOR À PARCELA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NOS MOLDES DO DECRETO 10.421/2020. RECURSO DO PARTICULAR IMPROVIDO.

[0500908-19.2020.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RMI. RECONHECIMENTO DO PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS EM SENTENÇA TRABALHISTA DE MÉRITO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. COISA JULGADA. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0506876-63.2020.4.05.8300](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. CESSAÇÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS PARA A RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.

[0500693-55.2020.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. COMPANHEIRA. UNIÃO ESTÁVEL. COMPROVAÇÃO. PREENCHIMENTO DO REQUISITO. PRESTÍGIO AO JUÍZO QUE CONHECEU DIRETAMENTE DA PROVA. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0500948-64.2021.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RUÍDO. NHO-1. USO DA METODOLOGIA ANTES DA SUA EDIÇÃO E OBRIGATORIEDADE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DO PARTICULAR PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO INSS IMPROVIDO

[0511106-22.2018.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL. PERDA DE AUDIÇÃO BILATERAL. INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL NÃO VERIFICADA. RECURSO PROVIDO.

[0501540-11.2021.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. ART. 18 DA EC 103/19. VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS. CTPS. COMPROVAÇÃO. REGISTRO NO CNIS. PRESCINDIBILIDADE. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. CONTRIBUIÇÕES RECOLHIDAS COM ATRASO. ART. 27, II, LEI 8.213/91. PERÍODOS EM QUE MANTIDA A QUALIDADE DE SEGURADO. TEMA 192 TNU. CÔMPUTO PARA EFEITO DE CARÊNCIA. RECURSO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.

[0513605-71.2021.4.05.8300](#)

DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIGILANTE. REGIME DE 12X36. SUPRESSÃO DE INTERVALO. LIMITE DE 200H MENSAIS ATENDIDO. AUSÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO.

[0500195-28.2021.4.05.8305](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DEMOSTRAÇÃO DE DESCONTO. QUANTUM INDENIZÁRIO DE DANOS MORAIS MANTIDO. PRESSUPOSTOS PARA A RESPONSABILIDADE CIVIL PRESENTE. RECURSO DO BANCO ITAÚ IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.